



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

FRANCISCO FERNANDO BESSA MOURA

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS/AS PROFESSORES/AS NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS

Acarape - CE

2025

FRANCISCO FERNANDO BESSA MOURA

DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS/AS PROFESSORES/AS NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS

Acarape - CE

2025

FRANCISCO FERNANDO BESSA MOURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para
a obtenção do título de Bacharel em
Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Geranilde Costa e
Silva

ACARAPE-CE

2025

FRANCISCO FERNANDO BESSA MOURA

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS/AS PROFESSORES/AS NO PROCESSO DE
ENSINO-APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como subsídio para a obtenção do título
de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira.

Aprovado em: / /2025

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Prof.^a Dra. Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Ma. Fernanda Gisele Silva dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

RESUMO

A educação especial inclusiva tem se consolidado como um tema fundamental no cenário educacional, embora sua implementação prática ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à capacitação docente e ao suporte pedagógico. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa tem como objetivo principal analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na Escola Municipal José Neves de Castro, localizada em Acaraípe (CE). A pesquisa adotará uma abordagem de natureza qualitativa e se caracteriza como um estudo de campo. A coleta de dados empíricos será realizada por meio de questionários semiestruturados e entrevistas individuais com oito professores do Ensino Fundamental I que atuam diretamente com alunos com NEE. A análise de conteúdo dos depoimentos visa identificar padrões relacionados à falta de formação continuada, escassez de recursos e o papel da família. Espera-se que os dados a serem obtidos forneçam subsídios concretos para a Secretaria Municipal de Educação de Acaraípe (SME), visando a oferta de apoio público e o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais. Desafios dos Docentes. Formação de Professores.

ABSTRACT

Inclusive education especially has established itself as a fundamental theme in the educational landscape, although its practical implementation still faces significant challenges, especially regarding teacher training and pedagogical support. This Final Course Work (TCC) aimed to analyze the difficulties faced by teachers in the teaching-learning process of children with Special Educational Needs (SEN) at the José Neves de Castro Municipal School, located in Acarape, Ceará. The research adopts a qualitative approach and is characterized as a field study. Empirical data collection will be conducted through semi-structured questionnaires and individual interviews with eight Elementary School teachers who work directly with students with SEN. Content analysis of the statements aims to identify patterns related to the lack of continuing education, scarcity of resources, and the role of the family. The data obtained are expected to provide concrete support for the Acarape Municipal Department of Education (SME), aiming to offer public support and improve inclusive educational practices in the school context.

Keywords: Inclusive Education. Special Educational Needs. Teaching Challenges. Teacher Training.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é fruto de muito esforço, mas, sobretudo, da graça e do apoio de pessoas e forças essenciais em minha vida.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por me conceder a vida, a saúde, a força e a sabedoria necessárias para trilhar este caminho e alcançar mais esta vitória.

Em segundo lugar, e com a mais profunda gratidão e amor, à minha mãe, Cosma da Silva Bessa Moura. Que morreu ao longo deste processo por câncer. Quero agradecer-lhe, por ser meu pilar inabalável, meu maior incentivo e por todos os sacrifícios e orações que me trouxeram até aqui. Sua existência foi e sempre será minha maior inspiração.

Em terceiro lugar, à minha Família, que sempre me ofereceu o suporte e a compreensão essenciais durante os momentos de dedicação e estudo. O amor e o carinho de vocês foram o meu refúgio e o meu porto seguro.

Por fim, mas com o mais sincero reconhecimento profissional, agradeço à minha orientadora, Geranilde Costa e Silva. Por sua inestimável paciência, disponibilidade e por me guiar com excelência e conhecimento crítico, transformando este projeto em realidade.

A todos, o meu eterno muito obrigado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	10
3. PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA	11
4. HIPÓTESE	12
5. OBJETIVOS	13
5.1 Objetivo Geral	13
5.1.1 Objetivos Específicos	13
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
6.1 Contexto Histórico	13
6.1.1. Os desafios	16
7. METODOLOGIA	18
8. CONCLUSÕES FINAIS	20
9. CRONOGRAMA	21

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um tema fundamental no cenário educacional, pautado na ideia de que a escola deve ser um ambiente acessível para todos, independentemente de suas particularidades. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) destaca que: “a formação dos professores para o atendimento educacional especializado é condição fundamental para a consolidação da educação inclusiva.” Essa diretriz vem tratar a importância de um corpo docente preparado para atender às necessidades de crianças com deficiência, um pilar essencial para garantir que o direito à educação seja efetivado para todos os alunos.

Apesar dos avanços teóricos e legais, a implementação prática da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em escolas públicas. A Escola Municipal José Neves de Castro, no município de Acaraípe (CE), serve como cenário para esta pesquisa e ilustra essa realidade. Recentemente, a escola passou por uma reforma que trouxe melhorias estruturais, como a instalação de corrimões e ladeiras para facilitar a locomoção de alunos com deficiência. Além disso, foi criada uma sala de atendimento especializado, algo que não existia anteriormente, para dar atenção individualizada a essas crianças.

Apesar das melhorias físicas, a Escola José Neves de Castro lida com um desafio pedagógico: a capacitação insuficiente dos educadores e dos auxiliares desses educadores que não são de qualidade no processo de ensino-aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Como para auxiliar de professor a única escolaridade exigida para a vaga é o ensino médio, esses profissionais não têm a especialização necessária para lidar com as dificuldades de compreensão dessas crianças. A falta de cursos periódicos ou orientações por parte da secretaria de educação faz com que esses cuidadores se sintam despreparados e inseguros, impactando diretamente no aprendizado dos alunos. Essa lacuna na formação compromete o desenvolvimento intelectual das crianças, de modo que o educador não consegue focar no aluno que precisa de auxílio individual, pois precisa lecionar para o restante da turma e não consegue dar o auxílio necessário.

A relevância social deste trabalho é evidente, pois a sociedade brasileira apoia a educação inclusiva, compreendendo que a diversidade é uma grande oportunidade para todos aprenderem mais. A Constituição Federal de 1988 foi um ponto de virada para a Educação Inclusiva e Especializada no Brasil. Ela estabeleceu princípios que defendem a inclusão, garantindo o direito de todos à educação.

O artigo 206, inciso I, por exemplo, assegura a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Já o artigo 208, inciso III, coloca como responsabilidade do Estado oferecer o atendimento educacional especializado, dando preferência para que isso ocorra em escolas regulares, e não apenas em instituições especializadas. Além disso, o tema possui grande relevância acadêmica, pois aprofunda a discussão sobre as dificuldades docentes no processo de ensino-aprendizagem de crianças com NEE.

Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na Escola Municipal José Neves de Castro, em Acarape (CE). Para isso, o trabalho se propõe a avaliar a estrutura pedagógica oferecida aos docentes, investigar o papel da família neste processo e verificar a infraestrutura do colégio.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a fundamentação teórica, discutindo o desenvolvimento histórico da educação inclusiva e os desafios enfrentados pelos professores. O segundo capítulo descreve a metodologia de pesquisa qualitativa, que inclui a coleta de dados por meio de questionários e entrevistas com os docentes da escola. Por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise dos dados e os resultados esperados, buscando contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas no contexto escolar.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema, se deu por eu presenciar no ciclo familiar e de amigos a presença de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), de modo que elas têm laudo clínico de transtorno do espectro do autismo (TEA). Analisando as conversas presenciadas, seus pais afirmavam que o aprendizado de suas crianças era um pouco diferente das outras, pois as mesmas tinham dificuldade no aprendizado, era um aprendizado mais lento e eles se comportavam de forma mais enérgica, comparado às outras crianças que não tinham nenhuma deficiência. Deste modo, surgiu outra problemática para seu aprendizado que é a de na hora de estar praticando a atividade a criança de maneira nenhuma queria fazer a atividade, pois queria brincar, logo atrapalhando no seu desenvolvimento escolar. A partir desses expostos surgiram os seguintes questionamentos, se as crianças têm uma dificuldade imensa no aprendizado, quais são as dificuldades que os/as professores/as enfrentam neste processo de ensino-aprendizagem de modo a promover a inclusão dessas crianças.

Portanto, entender a fundo essas dificuldades enfrentadas pelos/as docentes, pois entendo que é de suma importância mostrar que os/as professores/as sofrem muito neste

processo de ensino-aprendizado, seja por dificuldades internas com a infraestrutura do colégio, material didático específico para a aprendizagem das crianças, professores especializados ou dificuldades externas que acompanham os docentes/as como investimento da secretaria da educação em cursos, palestras.

Em uma pesquisa feita pelo instituto Alana (2019), em seu resultado traz que:

A pesquisa indica o apoio da sociedade brasileira para a educação inclusiva. Assim, fica claro que não há como retornar ao modelo em que pessoas com deficiência ocupavam espaços e escolas separadas. A população comprehende que, na escola comum, a diversidade é uma grande oportunidade para todos aprenderem mais. (Franzim, 2019).

Deste modo, a educação inclusiva apresenta uma grande relevância social, como foi apresentado nesta pesquisa feita. Onde a pesquisa traz a satisfação da sociedade Brasileira em relação à educação inclusiva dessas crianças. Logo, não retroceder aos primórdios onde estas crianças eram mantidas em escolas diferentes. Portanto, a inclusão ajuda no desenvolvimento de habilidades dessas crianças, pois elas vão estar em contato com as outras e trocar experiências diversas que vão ajudar no processo de aprendizagem.

No âmbito acadêmico, estudar educação inclusiva é necessário porque os professores vão lecionar com crianças e/ou adolescentes que podem ter alguma necessidade educativa especial, então em sua formação/graduação é necessário que haja em seu currículo disciplinas específicas que abordem essa temática. Portanto, é necessário que os/as professores/as tenham esses conhecimentos para promover uma educação qualificada dos/as alunos.

3. PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÕES DE PESQUISA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4.024/61, art. 88, que teve sua existência em 1961, aborda que "a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade" (Brasil, 1961, online). Esta lei é compreendida como um dos primeiros passos para que uma pessoa com deficiência no Brasil seja atendida de forma inclusiva sem a distinção das demais, ou seja, tratar todos de forma igual. Deste modo, incluindo todos os alunos no sistema educacional com intuito de integrá-los na comunidade, logo excluindo suas diferenças buscando uma equidade.

A declaração de Salamanca (1944), traz a educação inclusiva como uma possibilidade de educação voltada para todos. Não privar a educação só para aquelas crianças que são consideradas pessoas normais perante a sociedade. Deste modo, garantindo a educação de todos sem distinções por suas características especiais. Portanto, a declaração de

Salamanca vem em consonância com a lei de diretrizes e base da educação nacional. Onde seus aspectos principais que se casam é a garantia da educação inclusiva.

A educação inclusiva é a inclusão de todos, de modo que nenhum fator interno pessoal como, talento, deficiências sejam fatores preponderantes para incluir ou excluir alguma pessoa de determinada sociedade. Logo, é tratar todos de forma humanística e sem distinções para todas as crianças, sendo satisfeitas todas as necessidades de todos os alunos.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. (Stainback; Stainback, 1999, p. 21).

A citação mostra que a educação inclusiva não é só deixar todos entrarem na escola, mas sim garantir que cada aluno, com suas diferenças, receba o apoio necessário para aprender e participar. Por isso, podemos concluir que a verdadeira inclusão acontece quando a escola se adapta para acolher e ensinar a todos com respeito e igualdade.

Diante desses expostos, fica evidente averiguar o papel dos/as docentes no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educativas Especiais. Desta forma, o meu trabalho tem como a questão central: *Quais são as dificuldades encaradas pelos/as professores/as no processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades Educativas Especiais na escola municipal José Neves de Castro?*

Mediante as análises dessas leis e estudos realizados, nasce a problemática de conhecer a fundo a educação inclusiva e os problemas enfrentados pelos/as professores/as neste processo de ensino-aprendizagem no Brasil em especial na escola José Neves de Castro no município de Acarape (CE).

4. HIPÓTESE

A hipótese é a reflexão que o indivíduo faz acerca de uma possível resposta, a ser encontrada para um questionamento de um estudo. Cabe mencionar, que são apenas possibilidades, pois, podem ser respostas verdadeiras ou falsas, ou seja, serem respostas aceitas ou não. Assim, “Simplificadamente, hipóteses são as possíveis respostas a serem encontradas para os questionamentos do estudo, no entanto são apenas possibilidades, pois, da mesma maneira que podem ser confirmadas, poderão ser refutadas” (Araújo; Pimenta; Costa, 2015, p. 177).

5.OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Analisar as dificuldades enfrentadas pelos/as professores/as junto ao processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola municipal José Neves de Castro, em Acarape (CE).

5.1.1 Objetivos Específicos

Mapear estrutura pedagógica oferecida aos/às professores/as por meio de análises aos livros didáticos no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola municipal José Neves de Castro, em Acarape (CE).

Investigar como por meio de questionário se o apoio da família contribui no processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educativas Especiais na escola municipal de Acarape José Neves de Castro, em Acarape (CE).

Analizar por meio da observação a acessibilidade e a infraestrutura do Colégio José Neves de Castro, em Acarape (CE), para identificar possíveis barreiras físicas que possam impactar a inclusão de alunos com deficiência.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Contexto Histórico

A educação especial inclusiva, em primeiro plano trata de crianças, porém vale salientar que a educação inclusiva não é só de crianças, mas também de jovens e adultos, que necessitam de atendimento especializado. Ela também exclui todos os tipos de negacionistas relacionadas à cor, raça e etnia e permeia em todos os níveis de ensino, seja da educação infantil ao ensino superior, deste modo garantido educação para todos.

Portanto, a educação inclusiva e o atendimento das especificidades dos alunos permeiam todos os níveis de ensino da Educação Infantil ao Ensino Superior, contemplando a educação de jovens e adultos, o ensino profissionalizante e de grupos étnicos como quilombolas e indígenas. (Silva; Pedro; Jesus, 2007).

Ao longo do tempo, as crianças que portavam algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade. Essa ideologia estruturada se encontra até os dias atuais com os confrontamentos de preconceitos, misticismo que passaram da antiguidade até os dias atuais. Mediante, a uma perspectiva histórica, os autores Kirk Gallagher (1987), Mendes (1995) e Sassaki (1997) vem nos trazer uma analogia delimitada das quatro importantes fases acerca do processo de desenvolvimento do atendimento às pessoas com deficiência. No decorrer da

história, a maneira como a sociedade enxerga e interage com as pessoas com deficiência passou por profundas transformações. Essas mudanças, que se iniciam na Idade Média e chegam até as políticas educacionais mais recentes do Brasil, representam um valioso repositório de informações sobre a evolução do pensamento humano e das estruturas sociais. É crucial compreender a análise cronológica de como as crianças eram tratadas ao longo da história e evidenciar o papel dos professores nesse processo de transformação do pensamento coletivo. Além disso, é importante destacar as dificuldades enfrentadas pelos docentes ao lecionar para essas crianças.

Na primeira fase que se iniciava na idade média representa um dos períodos mais desafiadores e complexos na história da pessoa com deficiência. Nesse tempo, a compreensão da deficiência era profundamente entrelaçada com as crenças religiosas e o misticismo predominantes. Acreditava-se amplamente que o nascimento de um indivíduo com alguma deficiência era um sinal direto de pecado. Essa concepção era tão enraizada na sociedade medieval que uma criança nascida com deficiência era vista não apenas como um castigo divino para os pais, mas como uma manifestação pública de suas transgressões. A deficiência era interpretada como uma punição imposta por Deus, refletindo os supostos pecados graves cometidos pela família. Consequentemente, essa visão carregada de culpa e estigma levava a atitudes extremas. Muitos pais, temendo a condenação social e a vergonha associadas à deficiência de seus filhos, optaram por escondê-los da comunidade. Em situações ainda mais trágicas e desumanas, essas crianças eram mortas, um ato motivado pelo desespero e pela crença de que a exposição de um filho deficiente revelaria os pecados de seus progenitores a toda a sociedade. A deficiência, nesse contexto, era sinônimo de desgraça e pecado, marcando profundamente a vida e o destino de inúmeros indivíduos.

A segunda fase na análise histórica da pessoa com deficiência, que se estendeu aproximadamente do século dezoito até meados do século dezenove no Brasil, é tristemente marcada pela segregação e pela institucionalização. Nesse período, a resposta social à deficiência tomou a forma de um confinamento em grandes instituições. É de suma importância entender que, embora essas pessoas fossem institucionalizadas, isso não significava que recebiam qualquer forma de atendimento educacional especializado ou que havia um foco em seu desenvolvimento. Pelo contrário, essas instalações residenciais para crianças e jovens com deficiência eram frequentemente e popularmente denominadas depósitos de pessoas. Embora o termo seja bastante ofensivo hoje, ele reflete com precisão a realidade da época: esses locais não tinham o objetivo de estimular, educar e reabilitar os indivíduos. Seu propósito era meramente o de receber e confinar aqueles que eram

considerados diferentes ou incapazes de se integrar à sociedade. Portanto, é fundamental compreender que, até esse período, a preocupação com o desenvolvimento intelectual, motor e social das pessoas com deficiência era praticamente inexistente. Elas eram simplesmente retiradas do convívio social e relegadas a um confinamento que oferecia pouco mais do que abrigo, sem qualquer perspectiva de crescimento ou participação plena na vida. Essa fase, portanto, representa um capítulo sombrio na história da deficiência, caracterizado pela ausência de direitos, de dignidade e de qualquer forma de cuidado que visasse à potencialidade dos indivíduos.

Na terceira fase entre os séculos dezenove e meados do século vinte, a educação para pessoas com deficiência no Brasil entrou em uma nova fase, caracterizada pela criação de instituições de ensino e classes específicas para esse público. A ideia era oferecer uma educação separada do sistema regular. Nesse período, surgiram as primeiras escolas especializadas e turmas especiais em escolas públicas. Um marco importante foi a fundação do Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, em 1854, que hoje é conhecido como Instituto Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Essa foi a primeira instituição no Brasil dedicada a pessoas com deficiência visual. Após essa iniciativa, muitas outras escolas especializadas foram estabelecidas em todo o país para atender a diferentes tipos de deficiência, como visual, física e intelectual. Dentre essas, destacam-se a Associação de Pais e Amigos dos Expcionais (APAE) e diversos centros e escolas voltados para o atendimento de pessoas com deficiências motoras e intelectuais. Logo, no Brasil foi criado espaço especializado para as crianças, porque sem esses espaços estas crianças não poderiam se desenvolver de forma saudável a abordagem feita pelo/as autores/as, é que para acontecer a inclusão não é necessário homogeneizar uma sociedade ao todo, e sim deliberar espaço para que todos convivam harmoniosamente sem indiferenças, pois, as diferenças são apenas indiferenças e não uma maneira de excluir outra pessoa. Incluir, portanto, não significa homogeneizar, mas, ao contrário, dar espaço para a expressão das diferenças. Uma diferença que se mostra não como desigualdade, mas como afirmação contundente do princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e das oportunidades. (Silva; Pedro; Jesus, 2007)

Concluímos, então, que incluir não é tornar todo mundo igual. Pelo contrário, é celebrar e abrir espaço para a diversidade. Essa diversidade não deve ser vista como desigualdade, mas sim como a poderosa confirmação de que todos são iguais no que diz respeito aos direitos humanos, à liberdade de expressão, à capacidade de viver com dignidade e ao acesso a oportunidades.

Na quarta fase, no final do século vinte, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, ou seja, a fase da tão esperada inclusão de alunos com deficiência dentro de turmas regulares. Neste período, o objetivo era inseri-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos a pessoas que não apresentavam deficiências. A inclusão escolar dos/as alunos/as com deficiências, ou alguma outra especificidade, promove o respeito às diversidades existentes e se sensibiliza com o próximo. Assim, a educação inclusiva é benéfica para todos. É de suma importância que a educação inclusiva tenha um atendimento diferenciado, a fim de suprir as necessidades específicas dos/as alunos/as. Dessa forma, a política de inclusão escolar:

Traz também em seu bojo a necessidade de atendimento diferenciado para determinados tipos de alunos. É o que se convencionou chamar de educação especial ou atendimento educacional especializado na educação regular ou, também denominada de pedagogia diferenciada ou poderia ser chamada ainda, de o especial da educação, para suprir a especificidade de determinados grupos. (Silva; Pedro; Jesus, 2007, p .4)

Portanto, faz-se necessário um atendimento diferenciado para determinados alunos, reconhecendo que a educação padrão nem sempre atende a todos de forma homogênea. É nesse contexto que surge o que se convencionou chamar de educação especial ou, mais especificamente, atendimento educacional especializado (AEE). Esta abordagem não se limita apenas a um serviço adicional, mas representa uma verdadeira pedagogia diferenciada, cuidadosamente elaborada para suprir as especificidades e necessidades de determinados grupos, promovendo sua plena inclusão no ambiente da educação regular.

6.1.1. Os desafios

Para se ter um sistema educacional que funciona bem e para que a educação seja verdadeiramente inclusiva, a escola precisa se reinventar. Isso começa com a implementação de metodologias ativas e currículos adaptáveis, além de estratégias de ensino que respeitem as particularidades de cada estudante, com o objetivo de garantir um aprendizado significativo e acessível a todos. Esse processo depende de uma colaboração constante entre educadores, especialistas, pais e a comunidade. A interdisciplinaridade é um pilar dessa nova abordagem, pois une diferentes áreas do conhecimento para promover o desenvolvimento completo do aluno, quebrando os modelos de ensino tradicionais e reforçando o papel da escola como um espaço democrático e acolhedor. A partir da interdisciplinaridade enxergamos a importância

da inclusão para os alunos que também é vista pelos autores/as. Segundo Kassar e Rebelo (2023, p. 45), "a interdisciplinaridade é uma estratégia pedagógica chave para a inclusão". Ela não apenas facilita a flexibilização do currículo e a parceria entre profissionais, mas também é essencial para construir espaços de aprendizagem mais acolhedores para todos os alunos."

A escola deve ter um apoio efetivo de monitoração, suporte técnico e pedagógico. O professor deve apresentar um trabalho pedagógico eficiente para que os alunos com Necessidades Educativas Especiais venham se desenvolver de maneira adequada, ou tenham sucesso no processo de ensino-aprendizagem escolar, para tanto é importante compreender que o funcionamento de uma escola inclusiva envolve monitoração constante do projeto pedagógico, com suporte técnico a todos os participantes (pessoal da escola, alunos e pais).

“ Um dos aspectos é a organização da equipe técnica que possibilitará um professor mais preparado e atento às informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus processos de aprendizagem, além de novas alternativas, para a implementação de formas mais adequadas de trabalho, criando novas formas de estruturação do processo de ensino-aprendizagem, direcionadas às necessidades dos alunos e aos critérios efetivos de avaliação do rendimento escolar. ” (Capellini; Rodrigues, 2009, p. 4).

As abordagens feitas pelos professores também é um pilar, porque é a maneira como ela se comunica e traz o aprendizado da criança. Trabalhar com crianças que têm necessidades educativas especiais requer bastante cuidado em relação ao constrangimento, pois muitos/as professores/as acham que estão ajudando a criança dando-lhes atividades de pintura e desenho, enquanto o restante da turma faz outro tipo de atividade.

Este tipo de abordagem, não contribui com a criança, pelo contrário na maioria das vezes essa estratégia faz com que a criança trabalhe isoladamente em atividades que não têm relação com aquelas realizadas pelo restante da turma, acarreta à criança um efeito negativo, deste modo fazendo com que a criança perca o interesse de aprender. (Capellini; Rodrigues, 2009).

Além de uma especialização dos professores recursos pedagógicos, outro fator que influencia é a infraestrutura dos colégios que na maioria das vezes se encontram em estado precário, de modo com que não podem atender de forma eficiente os alunos. Para os autores, “a falta de recursos compromete não apenas a qualidade do atendimento, mas também a possibilidade de implementar práticas pedagógicas inovadoras” (Santos; Paulino, 2022, p. 112). Logo, para se ter um ambiente que facilite o aprendizado de uma criança que possui necessidades educativas é necessário que os órgãos que gerenciam o ambiente, seja ele órgão federal ou municipal. Uma infraestrutura que contribua com as crianças para sua locomoção. Deste modo, não ajudará só os alunos, mas também os professores de modo com que o

professor possa implementar uma pedagogia inovadora produzindo conhecimentos melhores para os alunos.

Superar este imbróglio envolve uma mudança de cultura escolar, é necessário que os gestores tragam os pais para trabalhar junto com o colégio. Pois, os pais passam mais tempo com as crianças. Fazer com que os pais assumam esse papel vai acarretar na melhora dos alunos. O caminho para uma escola inclusiva passa pelo reconhecimento e pela valorização da diversidade por parte de toda a comunidade escolar (Lopes; Dalgna, 2024).

Portanto, a solução para esse desafio educacional reside na colaboração profunda entre escola e família. A partir do momento em que toda a comunidade escolar, incluindo os pais, se une para reconhecer e celebrar a diversidade, o caminho para uma escola genuinamente inclusiva torna-se viável. Esse engajamento conjunto melhora o aprendizado dos alunos e consolida os valores de uma educação acolhedora e democrática.

7. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de natureza qualitativa aplicada, pois busca uma compreensão aprofundada das percepções, dificuldades e vivências dos professores, em vez de focar na quantificação de dados. A pesquisa qualitativa permite a análise de fenômenos em seu contexto natural, valorizando a subjetividade e a riqueza das informações obtidas diretamente com os sujeitos da pesquisa. Conforme a definição de Lakatos; Marconi (2010, p. 269), a pesquisa qualitativa "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los". Portanto, a metodologia aqui descrita busca compreender, em detalhes, a complexidade do processo de ensino-aprendizagem de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) sob a ótica dos docentes.

O estudo será caracterizado como uma pesquisa de campo. Segundo Gil (2008, p. 55), a metodologia de pesquisa de campo é essencial por se dedicar à coleta de dados e informações *no local*, visando aprofundar e ampliar a análise de resultados obtidos anteriormente. Uma vez que os dados serão coletados diretamente no ambiente onde o fenômeno de estudo se manifesta, a escola municipal José Neves de Castro, localizada em Acaraípe (CE). A escolha por essa abordagem empírica é justificada pela necessidade de analisar as dificuldades dos professores dentro de um contexto específico, considerando as particularidades institucionais, pedagógicas e sociais que influenciam o cotidiano escolar.

Mediante o saber de informações secundárias que deixará a pesquisa mais concisa, a coleta de dados será realizada em duas etapas principais, combinando pesquisa bibliográfica com a aplicação de instrumentos empíricos. A pesquisa bibliográfica para Gil, é a "pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2002, p.44), essa será a etapa inicial, que tem como finalidade aprofundar o referencial teórico que sustentará a análise dos dados empíricos. Será feito um levantamento de bibliografia em bases de dados científicas como livros, artigos, vídeos, dossiê e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como "inclusão escolar", "Necessidades Educacionais Especiais", "formação de professores", "políticas de educação inclusiva" e "desafios docentes". A pesquisa bibliográfica é fundamental para contextualizar a temática, identificar as discussões acadêmicas já existentes e embasar a construção dos instrumentos de pesquisa, bem como a interpretação dos resultados.

Para a coleta dos dados empíricos, serão utilizados dados primários que será realizada por meio de uma combinação de questionário semi estruturado e entrevistas individuais com os professores do ensino fundamental. A opção por esta abordagem mista visa capturar tanto informações padronizadas, que permitam um panorama geral, quanto dados mais aprofundados e subjetivos, que seriam difíceis de obter apenas com perguntas fechadas. O questionário será composto por questões fechadas, relativas ao perfil profissional (tempo de atuação, formação), e questões abertas, que permitirão aos professores expressar suas opiniões e experiências sobre a inclusão de alunos com NEE. As perguntas abertas seguirão o modelo semiestruturado, conforme a definição de Flick (2009), que combina a flexibilidade de um roteiro com a possibilidade de novas questões surgirem ao longo do diálogo. A aplicação do questionário permitirá a obtenção de dados iniciais de forma eficiente, servindo como ponto de partida para as entrevistas. Após a aplicação do questionário, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com cada um dos participantes. A entrevista, segundo Lüdke e André, "permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas" (Lüdke; André, 1994, p. 34). As entrevistas têm o objetivo de aprofundar as respostas obtidas no questionário, explorar nuances das experiências dos professores, preencher lacunas de informação e captar a percepção dos docentes sobre questões como o apoio institucional, a relação com as famílias e a necessidade de formação continuada. O roteiro da entrevista será flexível para permitir que os participantes possam expressar-se livremente e trazer à tona questões que não haviam sido consideradas inicialmente.

O universo da pesquisa compreende o corpo docente da escola municipal José Neves de Castro. Na pesquisa serão entrevistados 8 (oito) professores/as do Ensino Fundamental I, especificamente das turmas do 1º ao 3º ano, que atuam diretamente com crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A seleção dos participantes será intencional e não-probabilística, ou seja, a escolha dos professores se baseará em critérios específicos, e não em uma seleção aleatória. O critério principal é o contato direto e contínuo com alunos com NEE, buscando capturar a diversidade de experiências de docentes que lidam com essa realidade. O número de participantes foi definido para permitir uma análise aprofundada dos depoimentos, característica inerente à pesquisa qualitativa, sem comprometer a riqueza das informações.

As análises dos dados coletados se darão por meio dos questionários e das entrevistas serão submetidos à análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Esta técnica de análise consiste em organizar e sistematizar os dados de forma a permitir a identificação de padrões, temas e categorias que emergem das falas dos participantes. O processo de análise será dividido em três etapas. A pré-análise consiste na leitura flutuante dos dados para obter uma visão geral do material. A exploração do material que é a codificação e categorização dos dados, buscando temas recorrentes nas respostas dos professores. Por exemplo, podem surgir categorias como "falta de formação continuada", "escassez de recursos pedagógicos" ou "desafios na comunicação com a família". E o tratamento dos resultados e interpretação que é a análise crítica e comparativa dos dados com o referencial teórico. Nesta etapa, os resultados obtidos serão interpretados à luz das teorias sobre inclusão escolar e formação docente, buscando responder às indagações da pesquisa.

A pesquisa passará pelo comitê de ética, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Antes das entrevistas, será apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com explicações claras sobre os objetivos da pesquisa, o uso das informações e o direito à desistência a qualquer momento. Sempre que necessário, o TCLE será adaptado linguisticamente com apoio da comunidade.

8. CONCLUSÕES FINAIS

O principal resultado esperado desta pesquisa é a obtenção de dados concretos sobre os desafios mais significativos enfrentados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades especiais. A partir da análise desses dados, o objetivo é apresentá-los à Secretaria Municipal de Educação de Acaraí (SME). O propósito é que a SME possa utilizar essas informações para oferecer o apoio público

necessário aos professores, reconhecendo a importância de uma atuação pública para enfrentar as dificuldades que esses profissionais vivenciam. Adicionalmente, espera-se que o estudo realizado sirva como uma base ou ponto de partida para outros alunos e pesquisadores que se interessem pelo tema, incentivando a reflexão e a continuidade da investigação sobre a educação inclusiva.

9. CRONOGRAMA

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961.Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1961.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.
- BRASIL. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 44, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view> . Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.** Disponível em : https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192 . Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 13 ago. 2025.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; RODRIGUES Olga Maria Piazzentin Rolim. **Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva.** Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v32n03/v32n03a16.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 jun 2023.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO ALANA. O que a população brasileira pensa sobre educação inclusiva. São Paulo, 15 out. 2019. Disponível em:<https://alana.org.br/o-que-a-populacao-brasileira-pensa-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

JACOBSEN, ALESSANDRA DE LINHARES et al. **Perfil metodológico de pesquisas elaboradas no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras: uma análise de publicações feitas pela revista ciências da administração.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181164>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Education exceptional children.** Boston: Houghton Mifflin Company, 1987.

LOPES. Maura Corcini: DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Inclusão escolar e diferença:práticas e desafios.** Porto Alegre: Sulina, 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1994. Disponível em: <https://shre.ink/S2I6>. Acesso em: 05 out. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS. Mônica Pereira dos, PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez. 2022.

SILVA, Michela Carvalho da; PEDRO, Vanize Dalla Costa. Educação inclusiva. **A escola,** v. 3, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

SASSAKI, R.K.**Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.